

“POR MAIS AULAS DE HISTÓRIA PARA ESSA GENTE”: a crença no conhecimento científico como antídoto à ideologia

Valci Melo¹

<https://orcid.org/0000-0003-3037-142X>

Lavoisier Almeida dos Santos²

<https://orcid.org/0000-0001-5132-7343>

Resumo: o artigo analisa o discurso do conhecimento científico como antídoto a posições políticas reacionárias ou conservadoras. Para tal, retoma-se a relação entre ciência e ideologia e, por meio da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux, procede-se a uma análise discursiva de uma charge que atribui determinadas posições ideológicas à falta de conhecimento sócio-histórico. Ao longo do texto, argumenta-se em favor da ideologia como conjunto de ideias, crenças e valores com caráter prático-operativo e, portanto, para além da noção corrente que a identifica à falsa consciência. Por fim, conclui-se que, embora a ideologia seja, assim como o conhecimento, uma forma de consciência social, não há incompatibilidade entre elas, uma vez que cumprem funções sociais diferentes.

99

Palavras-chave: Ciência; Ideologia; Comportamento político; Análise do Discurso.

¹ Licenciado em Pedagogia e em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Educação. É professor de ensino fundamental na rede pública municipal de São José da Tapera, Sertão Alagoano. Email: melovalci@gmail.com

² Licenciado em Filosofia e em Letras, Mestre em Educação e Doutorando em Linguística e Literatura. É professor de Língua Portuguesa nas redes estaduais de Sergipe (SEE-SE) e de Alagoas (SEE-AL). Email: lavoisierdealmeida@hotmail.com

Abstract: the article analyzes the discourse of scientific knowledge as an antidote to reactionary or conservative political positions. For this, the relation between science and ideology is taken up again and, through the Discourse Analysis affiliated to Michel Pêcheux, a discursive analysis of a cartoon is carried out that attributes certain ideological positions to the lack of socio-historical knowledge. Throughout the text, it is argued in favor of ideology as a set of ideas, beliefs and values with a practical-operative character and, therefore, beyond the current notion that identifies it to the false consciousness. Finally, it is concluded that, although ideology is, like knowledge, a form of social consciousness, there is no incompatibility between them, since they fulfill different social functions.

100

Keywords: Science; Ideology; Political behavior; Discourse analysis.

Resumen: el artículo analiza el discurso del conocimiento científico como antídoto a posiciones políticas reaccionarias o conservadoras. Para ello, se retoma la relación entre ciencia e ideología y, a través del Análisis del Discurso afiliado a Michel Pêcheux, se realiza un análisis discursivo de una caricatura que atribuye ciertas posiciones ideológicas a la falta de conocimiento sociohistórico. A lo largo del texto, se argumenta a favor de la ideología como conjunto de ideas, creencias y valores con carácter práctico-operativo y, por lo tanto, más allá de la noción corriente que la identifica a la falsa conciencia. Por último, se concluye que, aunque la ideología sea, así como el conocimiento, una forma de conciencia social, no hay incompatibilidad entre ellas, una vez que cumplen funciones sociales diferentes.

101

Palabras-clave: Ciencia; Ideología; Comportamiento político; Análisis del discurso.

Introdução

Em 31 de agosto de 2016, o Congresso Nacional cassou o mandato presidencial de Dilma Rousseff, coroando um processo iniciado imediatamente após o resultado das eleições presidenciais de 2014, quando a então presidenta e candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT) teve a sua vitória contestada pelo candidato da oposição e por seus apoiadores.

Em uma campanha marcada por denúncias de corrupção na Petrobrás, envolvendo pessoas ligadas diretamente ao PT, e pelo acirramento da crise econômica e o conseqüente crescimento do desemprego no país, a vitória apertada de Dilma Rousseff nas urnas foi insuficiente para garantir governabilidade. Assim, a presidenta reeleita teve de lidar, desde os primeiros meses de seu segundo mandato, com panelaços nas varandas dos apartamentos de classe média alta durante pronunciamento seu e/ou do PT na televisão e com protestos de rua pedindo a sua saída do governo.

Em 02 de dezembro de 2015, mesmo dia em que a bancada do PT anunciou apoio ao processo de cassação, no Conselho de Ética, do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, por quebra de decoro parlamentar, ao omitir na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobrás a existência de contas secretas suas no exterior, o presidente da Casa deu prosseguimento a um dos 34 pedidos de impeachment recebidos, entre fevereiro e dezembro de 2015, contra a presidenta³. Esse processo culminou em 31 de agosto de 2016, quando o Senado Federal, por 61 votos a favor e 20 contrários, cassou o mandato de Dilma Rousseff, embora tenha mantido os seus direitos políticos.

O *impeachment* e seus desdobramentos foi marcado por forte ativismo nas ruas e, sobretudo, nas redes sociais. Antes, durante e depois, pessoas favoráveis e contrárias à cassação de Dilma Rousseff se dividiam entre a tese segundo a qual o Brasil teria sofrido um golpe de Estado, pela via parlamentar, e a defesa de que tudo ocorrera conforme o figurino legal, sendo, portanto, um processo legítimo. No interior desse cenário, também cresciam manifestações em prol de uma intervenção política das Forças Armadas, reivindicação acentuada com o massacre do PT no âmbito da Operação Lava Jato e a crença de que somente os militares

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 01 jan. 2019.

poderiam salvar o Brasil da corrupção e do suposto perigo comunista representado pelo Partido dos Trabalhadores.

É, pois, por meio dessas condições imediatas que se dá tanto a produção do discurso antipetista e anticomunista do **"Vai pra Cuba"**, **"Nossa bandeira jamais será vermelha"** e **"Intervenção militar já!"**, liderado pelos movimentos pró-intervenção militar, como também do discurso da falta de conhecimento sócio-histórico como explicação para posturas políticas reacionárias ou conservadoras, expresso em enunciados como: **"Por mais aulas de História para essa gente"** ⁴.

Neste estudo, por sua vez, à luz do materialismo histórico-dialético, em especial, das contribuições do filósofo marxista húngaro Georg Lukács, problematizamos tanto essa compreensão redutora da ideologia, como também a crença de que o conhecimento científico funciona como uma espécie de vacina contra posições políticas reacionárias ou conservadoras. Para isso, trabalharemos com o enunciado do segundo bloco (**"Por mais aulas de História para essa gente"**), tendo em vista que ele, além de ser uma resposta aos enunciados do primeiro bloco (**"Vai pra Cuba"**, **"Nossa bandeira jamais será vermelha"** e **"Intervenção militar já!"**), ilustra bem a abordagem da problemática da ideologia em oposição ao conhecimento científico, concebendo-a como consciência falsa, alheia à realidade e, portanto, passível de ser superada a partir de um "tratamento rigoroso, à base de livros de História", como diz uma charge na qual o filho pergunta ao pai por que uma pessoa está comemorando a condenação judicial do ex-presidente Lula, e o pai responde nos termos acima indicados⁵.

O texto está organizado em três seções temáticas, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção resgata o debate acerca da relação entre ciência e ideologia, em uma perspectiva epistemológico-gnosiológica. A segunda, em sintonia com a primeira seção, trata do conceito de ideologia a partir do materialismo histórico-dialético, em especial, das contribuições do filósofo marxista húngaro Georg Lukács. Por fim, examinamos, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, a materialidade discursiva que expressa essa falsa polarização entre o conhecimento científico e a consciência ideológica, a charge **"Por mais aulas de história para essa gente"**.

⁴ Charge do cartunista Iotti. Disponível em: <https://educacaoeculturaac.blogspot.com/2016/03/historia-recebe-grande-numero-de.html>. Acesso em: 03 out. 2018.

⁵ Charge do cartunista Ricardo Welbert. Disponível em: <http://www.agora.com/vc/noticia/charge-lula-condenado/>. Acesso em: 03 out. 2018.

Ciência ou ideologia? O falso dilema da perspectiva epistemológico-gnosiológica

Ousamos, então, nesta investida acadêmica, pensar, problematizar e relacionar dois conceitos complexos nas ciências humanas e sociais: a *ideologia* e o *alcance* do conhecimento científico. Seria a ideologia, como Chauí (2008) e Bottomore (1993) interpretam, a partir de *A ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels, apenas falsa consciência, invertida da realidade? A ideologia, então, por não ser conhecimento científico, por ser uma concepção falsa de algo ou por não ser o verdadeiro conhecimento da realidade, induziria ao erro, levaria o sujeito a tomadas de posições sociais equivocadas?

Se assumirmos a ideologia única e exclusivamente nessa perspectiva, podemos retomar a tradição epistemológica socrática do intelectualismo ético cuja tese central é de que o homem só erra por não conhecer a verdade, sendo a virtude alcançada por meio do conhecimento:

Na verdade, excelente Símias, talvez não seja em face da virtude um procedimento correto trocar assim prazeres por prazeres, sofrimentos por sofrimentos, um receio por outro receio, o maior pelo menor, tal como se tratasse duma simples troca de moedas. Talvez, ao contrário, exista aqui apenas uma moeda de real valor e em troca da qual tudo o mais deva ser oferecido: a sabedoria! Sim, talvez seja esse o preço que valem e com que se comprem e se vendem legitimamente todas essas coisas – coragem, temperança, justiça – a verdadeira virtude, em suma, acompanhada de sabedoria. É indiferente que a elas se acrescentem ou se tirem prazeres, temores e tudo mais que há de semelhante! Que tudo isso seja, doutra parte, isolado da sabedoria e convertido em objeto de trocas recíprocas, talvez não passe de alucinação uma tal virtude: virtude realmente servil onde não há nada de são nem de verdadeiro! Talvez, muito ao contrário, a verdade nada mais seja do que uma purificação de todas essas paixões [...] (PLATÃO, 1972, p. 76-77).

Para Sócrates, pois, o erro é fruto da falta do verdadeiro conhecimento que deve advir em cada um por meio da maiêutica. Nesse sentido, da tese do intelectualismo ético de Sócrates podemos concluir:

1) A virtude (cada uma e todas as virtudes, sabedoria, justiça, fortaleza, temperança) é ciência (conhecimento) e o vício (cada um e todos os vícios) é ignorância. 2) Ninguém peca voluntariamente: quem faz o mal, fá-lo por ignorância do bem. Essas duas proposições resumem tudo que foi denominado “intelectualismo socrático”,

enquanto reduzem o bem e a moral a um dado conhecimento, de modo a considerar impossível conhecer o bem e não fazê-lo (REALE; ANTISERI, 1990, p. 89).

Certamente que não vamos encontrar, no pensamento socrático, nenhuma menção à ideologia que, segundo Santos (2009, p. 15), é tratada pela primeira vez em 1801, por Destutt de Tracy, em seu livro *Elementos da Ideologia*. Como consequência lógica desse dado cronológico, também não encontraremos, em Sócrates, uma reflexão acerca da ideologia em relação ao conhecimento ou do conhecimento afetado pela ideologia. Contudo, é interessante notar que podemos identificar, já na Antiguidade clássica, a tensão entre o conhecimento e a ação, entre a teoria e a prática, sendo o conhecimento, como postulado por Sócrates, um antídoto ao não agir corretamente, a não assumir a postura moral errada.

Sabemos das diferenças de abordagem epistemológica existentes entre a Filosofia antiga e a dita cientificidade moderna. Basta ligeiramente observarmos o método socrático da busca interior da verdade (maiêutica) e o método cartesiano, com suas quatro regras para a obtenção do conhecimento verdadeiro: 1) Evidência; 2) Método Analítico; 3) Síntese e 4) Enumerações e Revisões Gerais (DESCARTES, 1979). Contudo, não queremos tratar disso nem de forma unívoca, nem equívoca, mas sim análoga. Não afirmamos que os métodos são iguais ou mesmo que alcançam os mesmos resultados; também não defendemos que são totalmente diferentes. O que queremos apresentar aqui é que os dois métodos têm por fim chegar ao conhecimento verdadeiro. Este, por meio da dúvida metódica, ao conhecimento científico; aquele, por meio da dúvida irônica (a ironia socrática) à verdade das coisas.

E nós, nessa perspectiva, queremos pensar sobre o conhecimento científico e a ideologia nas ciências humanas e sociais e na práxis política, problematizando as possibilidades desse conhecimento ao imbricar-se com a ideologia. Diante da materialidade a ser analisada neste trabalho e do espanto causado em várias pessoas pelo fato de professores da área de humanas, por exemplo, assumirem uma postura ideológica reacionária, levantamos duas questões que consideramos complementares: seria, de fato, o conhecimento das ciências humanas e sociais suficiente para o sujeito não assumir uma postura ideológica reacionária? Seria, então, a ideologia conservadora incompatível com o conhecimento científico produzido por essas ciências?

Michel Pêcheux, fundador da Análise do Discurso à qual nos filiamos, em seu primeiro texto, publicado com o pseudônimo de Thomas Herbert, pensa sobre a relação do conhecimento científico com a ideologia e as implicações dessa relação no estatuto científico das ciências sociais, concluindo que o conhecimento só se torna científico quando, por meio de uma *prática teórica*, rompe com a ideologia:

A Prática ideológica [é] a transformação de uma “consciência” dada em uma nova “consciência” produzida por meio de uma reflexão da consciência sobre si própria. [Enquanto que a] Prática teórica [é] a transformação de um produto ideológico em conhecimento teórico, por meio de um trabalho conceitual determinado. O desligamento da teoria em relação à ideologia constitui o “corte epistemológico” (HERBERT [1966], 2015, p. 24-25, grifo do autor).

A epistemologia se dá, pois, no momento em que a teoria corta, interdita a ideologia e sai do campo da consciência para repousar no território da ciência, constituindo um corte do qual brotará a teoria, o conhecimento verdadeiro. Nessa ótica, conhecimento científico e ideologia não poderiam jamais compartilhar a mesma cena, pois a ideologia configuraria um conhecimento errante:

[...] toda ciência qualquer que seja seu nível atual de desenvolvimento e seu lugar na estrutura teórica é produzida por um trabalho de mutação conceptual no interior de um campo conceptual ideológico em relação ao qual ela toma uma distância que lhe dá, num só movimento, o conhecimento das errâncias anteriores e a garantia de sua própria cientificidade. Nesse sentido, toda ciência é inicialmente ciência da ideologia da qual se destaca (HERBERT [1967], 1995, p. 63-64).

Sabemos que o conceito de ideologia foi revisitado e revisado por Pêcheux, tendo lugar fundamental no constructo de seu projeto teórico, a saber: a Análise do Discurso. Nesta, a prática teórica está afetada pela ideologia, pela história e pelo inconsciente. Contudo, trouxemos essa reflexão de Herbert-Pêcheux pelo eco que ela tem em algumas análises da cena discursiva brasileira que, ao colocar em questão o golpe político de 2016, com a queda da presidenta Dilma Rousseff, e o intenso crescimento do pensamento reacionário, racista, homofóbico, classista, enfim, da estabilização do fascismo brasileiro, atribuem isso à falta de conhecimento, desinformação, como se o conhecimento fosse um bloqueio à identificação dos sujeitos com essa posição ideológica. Não havendo, então, espaço para o conhecimento e a ideologia na mesma cena.

Porém, além da reverberação dessa reflexão de Herbert nas atuais cenas discursivas brasileiras, essa discussão acerca da cientificidade das ciências humanas e sociais fazia parte da pauta de debates acadêmicos da segunda metade do século XX, marcado ainda com as preocupações da neutralidade do conhecimento científico, da percepção de sujeito, das possíveis marcas de sua subjetividade e da influência do movimento da História na construção desse conhecimento. Uma marca disso são os textos de Thomas Herbert: *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social*, publicado em 1966, e de Claude Lévi-Strauss: *Critérios científicos nas disciplinas sociais e humanas*, publicado em 1964. Os dois textos, cada um com sua particularidade, tratam, no território francês, sobre os requisitos necessários para ser científica a prática das ciências sociais e humanas.

Destacamos, aqui, a questão do território francês por dois motivos: o primeiro, pela força e influência do pensamento existencialista de Jean-Paul Sartre (1905-1980), com seu sujeito condenado a ser livre e sentenciado a criar individualmente a história universal da humanidade:

Ao afirmarmos que o homem se escolhe a si mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando homem que queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar, concomitantemente, o valor que estamos escolhendo, pois não podemos nunca escolher o mal; [...] Portanto, nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, pois ela engaja a humanidade inteira (SARTRE, 1970, p. 5).

O segundo motivo pelo qual trazemos à tona o território francês é a formação do movimento filosófico estruturalista, que resolveu dizimar o sujeito onipotente, postulado por correntes filosóficas como o existencialismo e o idealismo subjetivista, do campo de produção do saber científico das ciências humanas e sociais para, assim, poder-se alcançar o estatuto científico para essas ciências, colocando a questão do sujeito em seu devido lugar. Os teóricos estruturalistas pensaram o estruturalismo, em primeiro plano, com o intuito de tornar científicas as ciências sociais e humanas. Nesse sentido, o movimento estruturalista ou estruturalismo filosófico tem caráter marcadamente epistemológico, voltando-se contra diversas correntes filosóficas que trabalhavam, em seus postulados, com

um sujeito altamente livre, determinado única e exclusivamente por si mesmo, autotranscendente, sendo senhor absoluto de sua história pessoal e da história da humanidade.

Pelo alcance e objetivos de nossa pesquisa, destacamos, dentre as correntes filosóficas às quais o estruturalismo fez frente, o existencialismo, cuja afirmação basilar é o poder total e a liberdade absoluta do sujeito. Essa, na verdade, é a tese que perpassa todo o existencialismo. O estruturalismo filosófico, então, tem como objetivo principal aniquilar esse sujeito onipotente e, em seu lugar, colocar estruturas arquetípicas nas quais o sujeito seja engessado não podendo, assim, interferir com sua subjetividade no processo de construção do conhecimento das ciências humanas e sociais, garantindo para estas o estatuto de cientificidade.

A preocupação com a cientificidade/objetividade das ciências humanas não é um fenômeno restrito ao ambiente intelectual francês nem exclusivo do movimento estruturalista em meados do século XX. No final do séc. XIX, Émile Durkheim tratava dessa questão em sua reflexão sobre *As regras do método sociológico*, enfatizando a necessidade de um método que garantisse à Sociologia a tutela de ciência dos fatos sociais:

Até agora, os sociólogos têm se preocupado pouco com a caracterização e definição do método que aplicam ao estudo dos fatos sociais. Assim, na obra de Spencer, o problema metodológico é pura e simplesmente esquecido; a *Introdução à Ciência Social*, cujo título poderia iludir-nos, é consagrada a demonstrar as dificuldades e as possibilidades da sociologia, e não expor os processos de que ela se deve servir. Mill, por sua vez, ocupou-se longamente desta questão, mas limitou-se a fazer passar pelo crivo de sua dialética o que Comte dissera a esse respeito, sem nada lhe acrescentar de verdadeiramente pessoal. Sobre o assunto, dispomos apenas de um capítulo do *Curso de Filosofia Positiva*, como único estudo original e importante desta matéria (DURKHEIM, 1983, p. 84, grifos do autor).

Diante da escassez de trabalhos que tratassem o método como caminho para a cientificidade sociológica, Durkheim se propõe a sistematizar tal método. Na ótica de Durkheim, a Sociologia, para garantir seu estatuto científico, precisaria inverter o caminho realizado para a obtenção do conhecimento. Nesse sentido, o fato social teria que ser tomado como algo estranho ao sujeito, isto é, despojado de subjetividades ou qualquer representação ideal no espírito do cientista social. A ideologia é tomada aqui como um conhecimento pré-científico

(pré-noções) que não se configura um conhecimento da realidade objetiva, pois é afetado pelo sujeito e pelas representações que se instauram em seu espírito. O verdadeiro conhecimento da realidade, por sua vez, é aquele que passa pelo crivo da objetividade científica, aquele que foi obtido por meio da regra fundamental da objetividade científica: a separação entre o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido.

Weber (2001; 2007), por sua parte, defende que a prática científica e didático-pedagógica deveria orientar-se pela separação entre aquilo que ele denomina *juízo de valor* (a ideologia) e *juízo de fato* (a explicação científica). Embora, como todo cidadão, o cientista e/ou professor compartilhe de um conjunto de valores, crenças, interesses, enfim, de uma concepção de mundo (ideologia), na lida com a produção, aplicação e/ou socialização do conhecimento, deveria esforçar-se ao máximo para explicar a realidade tal como ela é, jamais deixando a posição individual acerca dos fatos interferir em sua abordagem.

Essa postura de suposta neutralidade axiológica se justificaria porque, para o pensador alemão, diferentemente da Grécia antiga, na qual, segundo Weber (2007, p. 33), acreditava-se que o conhecimento “[...] permitiria saber e ensinar a forma de agir corretamente na vida e, antes de tudo, como cidadão”, na modernidade, o que se pode esperar da ciência é que seus resultados valham por si mesmos e não por sua capacidade de oferecer luzes aos conflitos e problemas que afligem a vida social. Segundo Weber, o crescente processo de intelectualização e de racionalização da vida social, que tem a ciência como consequência direta, teria levado ao *desencantamento* do mundo, em seu duplo sentido: de superação das explicações mágicas e valorativas acerca dos fenômenos que afetam o mundo dos homens por uma explicação técnica, racional-intelectualista e, portanto, axiologicamente neutra; e de desilusão causada pelo abandono da busca pela finalidade última do conhecimento (PIERUCCI, 2003) - como se dava no padrão greco-medieval.

Assim, para Weber, enquanto à ideologia caberia dar sentido ao mundo, à ciência caberia desvendar o mundo sem qualquer sentimento de saciedade ou plenitude. Sendo assim, para o pensador alemão, a ideologia não se opõe à ciência a partir de uma relação entre falsidade e correção; opõe-se a partir da contraposição entre *juízo de valor* e *juízo de fato*, uma vez que a função social de uma seria justamente ocupar o vazio deixado pela outra.

Diferentemente de Durkheim (1983) e de Weber (2001; 2007), que dedicaram obras específicas ao tratamento dos aspectos metodológicos na investigação científica e, portanto, debruçaram-se diretamente sobre a relação entre ciência e ideologia, em Marx, essa questão aparece dissolvida em seus escritos. Além disso, ela é expressa em sua teoria não através de *regras* ou *categorias heurísticas* construídas previamente para posterior análise do objeto, mas como *pressupostos teóricos* que orientam o processo de “[...] reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (PAULO NETTO, 2011, p. 21). Noutras palavras: na esteira do *materialismo histórico-dialético*, o conhecimento, em seu processo de produção, socialização e/ou aplicação social, é visto como algo socialmente condicionado pelos interesses e visões de mundo das classes com as quais se articula. E isso, por sua vez, longe de representar falta de objetividade, representa o reconhecimento de que se fala sempre de algum lugar, a partir de determinada perspectiva, e este lugar é a posição social de classe cujos interesses e valores perpassam, de forma direta ou indireta, consciente ou inconscientemente, a produção, a socialização e o uso do conhecimento científico.

Diante do exposto, percebe-se que o antagonismo existente entre ideologia e ciência foi desenhado, no decorrer dos séculos XIX e XX, a partir de diversos olhares teóricos. Contudo, a base de tal paradoxo se firma no modelo positivista de fazer ciência, orientado pelo mito da neutralidade científica. E aqui, como observa Löwy (2000, p. 18), cabe uma ressalva:

A influência destas ideias - particularmente o postulado de uma ciência axiologicamente neutra - ultrapassa o quadro do positivismo no sentido estrito e se manifesta, pelo menos em parte, em autores consideravelmente afastados do positivismo clássico (como Max Weber) e até mesmo no seio do marxismo.

Na continuidade de sua exposição, Löwy (2000) destaca que o positivismo é caracterizado por três pressupostos básicos: 1) a defesa da existência de leis naturais na vida social; 2) a indistinção metodológica entre ciências da natureza e ciências humanas e sociais e 3) a crença na neutralidade axiológica do conhecimento. Para Löwy (2000, p. 18, grifo do autor): “Quando um ou outro destes três axiomas está integrado em uma investigação metodológica distinta do positivismo, pode-se falar de uma *dimensão positivista*”.

Na próxima seção, a partir das contribuições do filósofo húngaro Georg Lukács, abordaremos com mais detalhes a relação entre ciência e ideologia

no interior do materialismo histórico-dialético. E o faremos em uma seção à parte porque, diferentemente da maneira como tal problemática é tratada nos autores acima aludidos (pelo viés epistemológico-gnosiológico), em Marx, essas categorias recebem um tratamento ontológico, isto é, sua abordagem leva em conta a natureza de cada uma delas e a função social que exercem no processo de reprodução do mundo dos homens.

A ideologia para além da noção de falsa consciência: uma abordagem ontológica

Conforme demonstrado na seção anterior, é clássica a contraposição positivista entre ciência e ideologia, sendo o marxismo a perspectiva teórico-metodológica que rompeu com essa cisão ao se assumir, sem medo, concomitantemente como paradigma científico e ideologia política (LUKÁCS, 2013).

Isso pode parecer uma tremenda contradição para os adeptos da neutralidade axiológica do conhecimento científico, na medida em que este último, na perspectiva positivista, caracteriza-se justamente por relação de oposição com a ideologia. Como observa Mészáros (2011), essa concepção fetichista de ciência não é endossada pela reflexão teórica de Marx e de Engels, autores cuja produção intelectual apresenta compromisso prático direto com a luta dos trabalhadores por emancipação humana. O marxismo assume desde sempre posição ideológica inequívoca em favor dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, Marx e Engels não apenas denunciam o papel de falsificação da realidade e de mistificação que a ideologia pode assumir (MARX; ENGELS, 2007), como também exploram uma ampliação do referido conceito, o qual engloba várias formas de consciência social (MARX, 2008). A primeira acepção está presente no texto *A ideologia alemã*, e a segunda no prefácio do livro *Crítica da economia política*, ocasião em que Marx, ao analisar a relação de determinação reflexiva entre base e superestrutura, destaca:

[...] Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as *formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim* (MARX, 2008, p. 48, grifo nosso).

Esse pequeno fragmento tem sido alvo de interpretações às mais diversas no campo do próprio marxismo. Para alguns, como Iasi (2017), ele é a demonstração cabal de que Marx estaria contrapondo ciência e ideologia ao colocar, de um lado, o papel das ciências físicas e naturais na verificação fidedigna das condições econômicas de produção e, do outro, o papel das formas ideológicas (a política, a religião, a arte, a filosofia...) na tomada de consciência dos conflitos sociais e na marcação de posições nas lutas de classes.

Já o filósofo húngaro Georg Lukács (2013), ao tratar do problema da ideologia em Marx, visualiza nessa passagem do texto de 1859 a chave para uma leitura ampliada do fenômeno em tela, na medida em que, para ele, Marx deixa claro que a ideologia não se define por critérios de correção ou falsidade, mas pela função social exercida pela consciência no interior dos conflitos do mundo dos homens, uma vez que, como observa o autor (2013, p. 464):

[...] Antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia. Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada com muita precisão, a qual Marx descreve de modo a fazer uma diferenciação precisa entre as revoluções materiais das condições econômicas de produção e "as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, nas quais os homens se conscientizam desse conflito e o enfrentam até solucioná-lo".

Como se vê, Lukács faz leitura diferente daquela sugerida por Iasi (2017) acerca da posição marxiana a respeito da ideologia. Para o filósofo húngaro, Marx não contrapõe ciência e ideologia, mas estabelece critérios a partir dos quais um produto do pensamento pode ser considerado ou não uma ideologia: a sua capacidade de direcionar não apenas a maneira como um indivíduo ou um coletivo de pessoas toma consciência dos conflitos sociais, mas também de impulsioná-lo à ação prática diante desses conflitos. Noutras palavras: para Lukács, é no terreno da ontologia que Marx trata a problemática da ideologia e não a partir de critérios gnosiológicos como correção ou falsidade. Isso não quer dizer que o problema da verdade ou da mistificação não tenha a ver com o debate ideológico; o autor apenas chama a atenção para o fato de que não é por aí que a ideologia é definida

e sim por sua capacidade prático-operativa no mundo dos homens. Como observa Lukács (2013, p. 480, grifos nossos):

[...] Com certeza é correto dizer que *a esmagadora maioria das ideologias se baseia em pressupostos que não conseguem resistir a uma crítica rigorosamente gnosiológica*, especialmente quando esta toma como ponto de partida um intervalo vasto de tempo. Nesse caso, porém, trata-se de uma crítica da falsa consciência; *contudo*, em primeiro lugar, *há muitas realizações da falsa consciência que jamais se converteram em ideologias e*, em segundo lugar, *aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é necessária e simplesmente idêntico à falsa consciência*. Por essa razão, *só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais*.

A citação acima é fundamental para o que estamos tratando aqui. Em primeiro lugar, porque ela reafirma e exemplifica a tese lukacsiana segundo a qual só se pode definir um produto do pensamento como ideológico quando analisada a sua função social, tendo em vista que, apesar de a ideologia ter relação íntima com a falsa consciência, nem tudo o que é mistificador cumpre função ideológica, e nem tudo o que cumpre função ideológica é enganoso. Em segundo lugar, e isso nos interessa mais diretamente aqui, Lukács lembra que a crítica gnosiológica (aquela que se dedica a analisar o pensamento por meio dos critérios de correção ou falsidade), “especialmente quando esta toma como ponto de partida um intervalo vasto de tempo”, tem a sua importância no enfrentamento das ideologias.

Essa questão é relevante porque demonstra o fundo de meia verdade que existe na crença acerca do papel “desideologizante” do conhecimento sócio-histórico, conforme expresso na materialidade discursiva que analisaremos a seguir. Isto é, embora o conhecimento sócio-histórico não funcione como uma espécie de vacina contra as influências ideológicas, a sua aplicação rigorosa sobre grande parte das mistificações não deixa pedra sobre pedra. No entanto, não esqueçamos, isso vale para os casos específicos nos quais a ideologia ou é uma mistificação rasteira ou é uma falsa consciência bem elaborada, porém, em descompasso com a realidade histórica que a criou. Um exemplo a esse respeito é a visão aristotélica justificadora da escravidão. Segundo Aristóteles, existiriam indivíduos naturalmente inferiores que não se pertenceriam, mas pertenciam a outros homens como escravos ou na condição de instrumentos de produção, seja porque a natureza os criou para serem submissos, seja porque foram transformados em prisioneiros de guerra. Por vários séculos, essa ideologia orientou a maneira como os homens compreendiam

o fenômeno da escravidão, justificando os posicionamentos favoráveis acerca da mesma. Hoje, felizmente, essa concepção é facilmente identificável como mistificação da realidade. Isso não quer dizer que não existam pessoas que ainda continuem pensando e agindo baseadas nessas falsas premissas. Contudo, esse tipo de ideia perdeu sua função ideológica de consciência prático-operativa de uma classe social, caracterizando-se, por mais que seja compartilhado por grupos de pessoas, mais como comportamento individual discriminatório e preconceituoso do que como um “[...] veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (LUKÁCS, 2013, p. 467). Certamente o conhecimento sócio-histórico tem um papel de destaque na desconstrução desse tipo de ideologia. Contudo, a sua efetiva superação jamais seria possível sem a correspondente superação do modo de produção escravista que lhe deu origem e sustentação.

Assim sendo, se não é verdade que o conhecimento sócio-histórico e a ideologia se definem por oposição, também não deixa de ser verdadeira, mesmo que parcialmente, a crença na importância do primeiro no enfrentamento da segunda, sobretudo quando esta apresenta um caráter enganoso e mistificador.

O discurso do conhecimento sócio-histórico como vacina antirreacionarismo político

Ao confrontar o discurso antipetista e pró-intervenção militar, o discurso progressista retoma uma cisão antiga, que é a contraposição entre ciência e ideologia, na qual a primeira forma de consciência social aparece como verdadeira, e a segunda, falsa.

Analisaremos o discurso materializado em uma charge do cartunista Carlos Henrique Iotti, na qual uma pessoa carrega uma placa com as frases: **“Pela volta dos militares! Ditadura Já”** e, imediatamente atrás dela, outra pessoa, também com uma placa, responde: **“Por mais aulas de História para essa gente”**.

Escolhemos os enunciados dessa charge e não diretamente os cartazes e faixas usados durante os protestos por ocasião do impeachment de Dilma Rousseff e em desaprovação ao governo Temer, porque ela sintetiza em uma única materialidade os discursos dos grupos favoráveis e contrários aos acontecimentos históricos em tela.

Conforme dizemos na Análise do Discurso, o enunciado não significa por si mesmo, mas, constitui-se uma materialidade discursiva a partir da qual, segundo Pêcheux (1995), produz “efeito de sentido”, isto é, expressa discursos sobre algo ou alguém. Para a investigação acerca de quais discursos são veiculados em determinada materialidade, o analista não pode descuidar-se da identificação das condições amplas e restritas nas quais ele é produzido, o que, conforme Courtine (2014), envolve a consideração tanto dos sujeitos envolvidos como do contexto sócio-histórico.

No primeiro caso (os sujeitos), consideramos que, embora não se possa desprezar a importância do sujeito da enunciação (aquele que escreve, fala, comunica...), este tem papel menos relevante na produção de sentidos do que o sujeito universal, entendido aqui como o lugar ideológico de onde se enuncia. Isto é, o sujeito enunciator é o porta-voz de uma ideologia no interior de uma formação discursiva, aqui compreendida como “[...] regiões de saberes, conhecimentos, espaços de permissões e também proibições” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 67).

Assim, na esteira de Pêcheux (1995), ao mover-se no campo da linguagem, o sujeito enunciator o faz estabelecendo uma relação com sentidos historicamente construídos e, portanto, constituidores de uma formação discursiva que, ao materializar um conjunto de valores, sentimentos e interesses sociais (uma formação ideológica), orienta a produção de sentidos daqueles que com ela se relacionam em um movimento de identificação-reformulação-paráfrase.

Muito claramente, o discurso materializado nos enunciados acima pertence a duas formações discursivas distintas e antagônicas. O primeiro discurso, característico do movimento antipetista e pró-intervenção militar (“**Pela volta dos militares! Ditadura Já**”), situa-se no interior da formação discursiva autoritária, alicerçada no uso da força física e da repressão policial como forma de enfrentamento das divergências ideológicas. O segundo, ligado ao movimento progressista (“**Por mais aulas de História para essa gente**”), pertence à formação discursiva democrática, baseada no princípio segundo o qual as desavenças de projeto societário devem ser enfrentadas a partir do diálogo e do confronto de ideias.

Para compreendermos melhor quais efeitos de sentidos esses discursos veiculam, adentraremos no contexto sócio-histórico de sua produção. Conforme já apontamos na introdução deste trabalho, as condições imediatas a partir das

quais ocorreu a produção dos discursos materializados nos enunciados em tela foi o cenário que antecedeu, coroou e sucedeu o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Esse acontecimento histórico, como já dissemos, foi marcado por forte ativismo nas ruas e, sobretudo, nas redes sociais por pessoas favoráveis e contrárias à cassação da governante petista.

No entanto, isso corresponde apenas às circunstâncias da enunciação, pois no plano sócio-histórico mais amplo nos deparamos com o resgate da memória do golpe militar de 1964, que se dá de modo ambíguo. Se para os manifestantes antipetistas e pró-intervenção militar a ditadura vigente no Brasil, entre 1964 e 1985, é vista com saudosismo por supostamente ter sido um governo honesto no trato da coisa pública, para os progressistas o regime político foi de horror: sangrento, de cerceamento dos direitos civis e políticos e tão corrupto como os governos civis da dita Nova República, com casos de corrupção não denunciados devido à forte repressão da época.

Essa retomada da memória sócio-histórica do golpe não se dá por acaso, tendo em vista acontecer no momento em que o Congresso Nacional cassa o mandato de uma presidenta eleita democraticamente sem a devida comprovação de crimes que justifiquem tal ato, fato evidenciado, entre outros elementos, na manutenção dos direitos políticos da presidenta cassada e no envolvimento direto em esquemas de corrupção dos protagonistas do processo de *impeachment*.

Assim, o golpe parlamentar de 2016, ao fazer ressurgir no discurso dos manifestantes a memória ambígua do golpe militar de 1964, demonstra que a apropriação subjetiva de um mesmo fato histórico pode seguir direções totalmente opostas, tendo em vista que a consciência, ao refletir ativamente a realidade, não opera apenas com a razão, sendo também afetada por sentimentos, valores, crenças e interesses. Os saudosistas, em um movimento de reformulação-paráfrase com a memória histórica do pré-1964, acusam o PT de querer implantar uma ditadura comunista no Brasil e convocam os ditos patriotas, os tementes a Deus e os homens de bem para impedirem esse suposto perigo: **"Pela volta dos militares! Ditadura Já"**. Eles partem do pressuposto que as pessoas que não apoiam a cassação do mandato de Dilma Rousseff é por que desconheciam ou fechavam os olhos para os riscos que o PT representaria para o Brasil, com suas políticas supostamente imorais, a corrupção que o partido teria institucionalizado na política brasileira e a identidade com o projeto comunista historicamente

combatido pelos militares "honestos" e "patriotas" que governaram o Brasil entre 1964 e 1985.

Os progressistas, por sua vez, também retomam a memória de 1964, alertando para a similaridade do discurso antipetista e pró-intervenção militar com o discurso dos anos de chumbo da ditadura, ao mesmo tempo em que convocam o estudo da História como prevenção contra comportamentos reacionários e/ou conservadores: "**Por mais aulas de História para essa gente**".

Esses discursos veiculam, cada um a seu modo, a crença segundo a qual posicionamentos políticos antagônicos só existem por falta de conhecimento por parte daqueles que os sustentam, ou seja, prega-se uma imanente correspondência entre conhecimento sócio-histórico e orientação política. Neste aspecto, pensamos ser ilustrativa a observação de Paulo Netto (2002, n.p.):

[...] Toda posição teórica tem implicações políticas, mas dela não deriva necessariamente uma orientação política. [...] Se no domínio da teoria o debate se dá em cima da pertinência das categorias envolvidas, da coerência da argumentação invocada e das implicações pra [sic] articulação teórica como um todo sistemático, no campo da ação política, o sistema de mediações que perpassa a intervenção política (a escolha de objetivos estratégicos, a opção por determinados meios de intervenção...), esse sistema de mediações é muito mais complicado, muito mais cheio de determinações de conjuntura que a mim me impedem de dizer que uma posição teórica implica em uma posição política.

Ora, se existisse uma relação intrínseca entre conhecimento sócio-histórico e posição política, todo historiador e cientista social seria politicamente progressista, o que não corresponde à realidade. E se não é assim que acontece é porque essa relação não é direta e imanente, como defendida nos discursos em análise, mas, conforme destacado por Paulo Netto (2002), trata-se de relação mediada por diversos elementos.

No interior dessa mediação, pensamos, está a ideologia, concebida aqui na esteira das contribuições de Lukács (2013), para quem a categoria é definida por sua capacidade prático-operativa no enfrentamento dos conflitos sociais. No campo da ação (e aí se situa a política), o indivíduo se comporta orientado não apenas pelo conhecimento, mas também por um sistema de valores, interesses e representações com as quais se identifica (a ideologia). Em outros termos: o posicionamento político, embora exija algum tipo de conhecimento, não é

reduzível a ele, uma vez que se trata de uma relação de identidade e, portanto, não comporta apenas cognição, mas também sentimentos, valores e interesses sociais. Nesse sentido, mesmo que, no conjunto, os elementos constitutivos do edifício ideológico se mostrem em contradição com uma de suas colunas, o conhecimento, temos que considerar que a ideologia está para além de uma relação cognitiva entre sujeito e objeto, sendo, portanto, consciência prático-operativa acima dos critérios gnosiológicos de correção ou falsidade por meio dos quais se assenta o conhecimento científico.

Assim, voltando à nossa materialidade discursiva (“**Pela volta dos militares! Ditadura Já**” e “**Por mais aulas de História para essa gente**”), observa-se que os enunciados, ao se moverem no campo da linguagem, resgatam o discurso segundo o qual a ideologia seria sinônimo de falsa consciência, de mistificação, e não uma forma de consciência social que, independentemente da correção ou da falsidade de suas premissas, tem a capacidade concreta de orientar a ação cotidiana dos sujeitos na direção de um dado projeto de sociedade. Mais que isso: retoma-se a crença no conhecimento sócio-histórico como antídoto a posicionamentos políticos divergentes. Isso não quer dizer que as duas bandeiras em disputa (a volta dos militares ao poder e o incentivo ao estudo da História) tenham o mesmo valor, nem que o conhecimento dos fatos históricos não tenha importância na batalha das ideias. Pelo contrário, queremos apenas assinalar que os enunciados em análise, cada um ao seu modo, materializam o mesmo discurso: a contraposição entre ciência e ideologia para classificar como inferior a orientação política do adversário.

Considerações finais

Nos últimos anos, em especial desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, consumado em agosto de 2016, e durante os ataques violentos do governo ilegítimo de Michel Temer, o seu vice, aos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros, tem sido comum a veiculação, nas redes sociais e até em camisetas, durante atos de protesto, de enunciados como: “Eu não tenho culpa. Estudei História e não bati panela”⁶.

⁶ Disponível em: <https://www.estilolivrecriacoes.com.br/produto/detalhe/1860>. Acesso em: 07 nov. 2020.

O discurso materializado no enunciado acima, assim como tantos outros que fazem referência ao estudo da História, seja para justificar a não adesão ao *impeachment*, seja para classificar de delírio bandeiras reivindicatórias como aquela que pede uma intervenção dos militares na política brasileira, baseia-se na crença de que o conhecimento científico funciona como uma espécie de vacina contra posições políticas reacionárias ou conservadoras. Ora, mas seria, de fato, o conhecimento das ciências humanas e sociais suficiente para o sujeito não assumir uma postura ideológica reacionária? Seria, então, a ideologia conservadora incompatível com o conhecimento científico produzido por essas ciências?

Essa crença, conforme mostramos ao longo deste trabalho, mesmo que inconscientemente, alicerça-se na oposição positivista entre ciência e ideologia, segundo a qual o conhecimento científico, entendido como a descoberta da verdade, daria-se a partir de um rompimento com a falsidade, que seria a ideologia.

Contudo, essa explicação é insuficiente para dar conta de esclarecer por que, em muitos casos, pessoas altamente instruídas apresentam comportamentos e posturas políticas conservadoras ou reacionárias, ao passo que outras com menor grau de conhecimento sócio-histórico e baixa escolarização, por exemplo, apresentam posturas ideológicas consideradas progressistas.

Como mostramos, isso ocorre porque, no campo da ação, o indivíduo se comporta orientado não apenas pelo conhecimento, mas também por um sistema de valores, interesses e representações com as quais se identifica (a ideologia), independentemente se ela corresponde a uma consciência correta ou falsa da realidade. Isso não quer dizer, como enfatizamos ao longo do artigo, que o conhecimento não tenha o seu lugar nas disputas ideológicas, pois se assim o fosse de nada adiantariam os esforços travados no campo das ideias. No entanto, é importante ter clareza das possibilidades e das limitações do conhecimento nas disputas por projetos societários para não dimensionarmos em excesso nem subestimarmos o seu papel nesse processo.

Assim, concluímos afirmando que, embora o posicionamento político exija algum tipo de conhecimento, este não é redutível àquele, uma vez que se trata de uma relação de identidade, de conquista não apenas de mentes, mas também de corações e, portanto, não comporta apenas cognição, mas também sentimentos, crenças, valores e interesses sociais. Em síntese: sendo a ideologia uma forma de consciência social, não há incompatibilidade entre a ela e o conhecimento científico, na medida em que cumprem funções sociais diferentes.

Referências

BOTTOMORE, T. Ideologia. *In*: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 184-189.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EduFSCar, 2014.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1979.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1983.

HERBERT, T. [1966]. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In*: ORLANDI, E. **Análise do Discurso: Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 21-54.

HERBERT, T. [1967]. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Revista Rua**. Campinas, vol. 1, n. 1, p. 63-89, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638926>. Acesso em: 08 nov. 2020.

IASI, M. L. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. *In*: IASI, M. L. **Política, estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017. p. 85-112.

LÉVI-STRAUSS, C. Critérios científicos nas disciplinas sociais e humanas. *In*: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 294-316.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, G. O ideal e a ideologia. *In*: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 355-575.

MARX, K. Introdução à contribuição à crítica da economia política. *In*: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 237-272.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência: a dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULO NETTO, J. **O método em Marx**. Curso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2002, DVD 1, aula 4.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo:

Expressão Popular, 2011.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PIERUCCI, A. F. A ciência como vocação. *In*: PIERUCCI, A. F. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 150-166.

PLATÃO. F. *In*: PLATÃO. **Diálogos**. São Paulo: Abril cultural, 1972. p. 62-132.

REALE, G.; ANTISERI, D. Sócrates e os socráticos menores. *In*: REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990. p. 85-109.

SANTOS, L. A. **A ideologia ufanista do governo ditatorial de Médici: em uma perspectiva marxista**. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2009.

SARTRE, J.P. **L'Existentialisme est un Humanisme**. Les Editions Nagel: Paris, 1970.

SILVA SOBRINHO, H. F. O sujeito e a processualidade histórico-social. *In*: SILVA SOBRINHO, H. F. **Discurso, Velhice e Classes Sociais**. Maceió: Edufal, 2007. p. 57-91.

WEBER, M. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política. *In*: WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. 4. ed. Campinas: Cortez Editora; Editora da Unicamp, 2001. p. 107-154.

WEBER, M. A ciência como vocação. *In*: WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. p. 17-52.